

**CONCURSO PÚBLICO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATÁ / PE  
ADITIVO Nº 001/2019, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.**

A **COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO**, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, torna público o presente Aditivo nº 001/2019 ao Edital nº 001/2019, de 20 de novembro de 2019, referente ao **CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de cargos efetivos atualmente vagos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Gravata/PE**, conforme especificado a seguir.

**ADITIVO Nº 001/2019 ao EDITAL nº 001/2019, de 07 de novembro 2019.**

1. Alteração do subitem 3.11.2 conforme a seguir especificado:

**Onde se lê:**

**3.11.2.** O candidato deverá comprovar que é membro de família de baixa renda, através de conta de luz, emitida nos últimos 06 (seis) meses, informando que é de baixa renda ou declaração de próprio punho, reconhecida firma em cartório.

**Leia-se:**

**3.11.2.** O candidato deverá comprovar que é membro de família de baixa renda, através de conta de luz, emitida nos últimos 06 (seis) meses, informando que é de baixa renda ou declaração de próprio punho.

2. Alteração dos subitens 3.11.3, 3.11.3.1, 3.11.3.2 e 3.11.3.3, passando a vigor como segue:

**Onde se lê:**

**3.11.3.** O pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá ser preenchido de acordo com o formulário constante do ANEXO III deste Edital, o qual deverá ser enviado juntamente da documentação exigida nos subitens 3.11.1.1 e 3.11.2, em vias digitalizadas, no período **de 07 a 08 de novembro de 2019**, de acordo com as instruções abaixo.

**3.11.3.1** Para fins de pedido de isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá ter realizado sua inscrição, obrigatoriamente, até o dia **08 de novembro de 2019**.

**3.11.3.2** O candidato inscrito até o dia **08 de novembro de 2019**, que deseja requerer a isenção de sua taxa de inscrição, deverá acessar a página do Concurso no endereço eletrônico [www.idib.org.br](http://www.idib.org.br), em específico o *link* disponível para essa solicitação, durante o período de **12 e 13 de novembro de 2019**, para concluir sua solicitação.

**3.11.3.3** O candidato inscrito após o período constante do subitem 3.11.3.1, não mais poderão requerer isenção de suas taxas de inscrição.

**Leia-se:**

**3.11.3** O pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá ser preenchido de acordo com o formulário constante do ANEXO III deste Edital, o qual deverá ser enviado juntamente com as documentações exigidas nos subitens 3.11.1.1 e 3.11.2, em vias digitalizadas, nos períodos de **07 a 08 de novembro de 2019** e **27 e 28 de novembro de 2019**, de acordo com as instruções abaixo.

**3.11.3.1** Para fins de pedido de isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá ter realizado sua inscrição, obrigatoriamente, até o dia **27 de novembro de 2019**.

**3.11.3.2** O candidato inscrito até o dia 08 de novembro e até o **27 de novembro de 2019**, que deseja requerer a isenção de sua taxa de inscrição, deverá acessar a página do Concurso no endereço eletrônico [www.idib.org.br](http://www.idib.org.br), em específico o *link* disponível para essa solicitação, durante o período respectivo, de 12 e 13 de novembro e de **27 e 28 de novembro de 2019**, para concluir sua solicitação.

**3.11.3.3** O candidato inscrito após o período constante do subitem 3.11.3.1, não mais poderá requerer isenção de sua taxa de inscrição.

- 3.** Alteração dos subitens 6.1 e 6.1.1, bem como Anexo I, em específico às vagas referentes ao cargo de nível médio Agente Legislativo, conforme segue:

**Onde se lê:**

**6.1.** Aos candidatos com necessidades especiais serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme ANEXO I deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo.

**6.1.1.** Na aplicação deste percentual serão desconsideradas as partes decimais inferiores a 0,5 (cinco décimos) e arredondadas aquelas iguais ou superiores a tal valor;

**ANEXO I**

**CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTOS,  
JORNADA DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA**

**CARGO DE NÍVEL SUPERIOR**

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
<b>Analista Financeiro</b>	Nível Superior em Contabilidade, diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto ao Conselho de Contabilidade	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.500,00	130,00
<b>Assessor Jurídico</b>	Nível Superior em Direito, diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 2.000,00	130,00

**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
Agente Legislativo	Nível Médio	30 h/s	04	04	00	20	R\$ 1.200,00	100,00
<b>Membro de Controle Interno</b>	Nível Médio	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 2.800,00	100,00

Recepcionista	Nível Médio	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 1.200,00	100,00
Técnico em Informática	Nível Médio com curso Técnico	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.200,00	100,00

### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
Auxiliar de Serviços Gerais	Nível Fundamental Completo	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 954,00	70,00
Auxiliar de Manutenção Predial	Nível Fundamental Completo, mais experiência profissional mínima de 06 (seis) meses na área de Elétrica, Hidráulica, Mecânica Industrial ou Civil. Para a aprovação em concurso público será exigida realização de prova prática abrangendo as atribuições do cargo	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 954,00	70,00
Guarda de Segurança	Nível Fundamental Completo	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 1.200,00	70,00
Motorista Categoria A/B	Nível Fundamental Completo e CNH Categoria "A/B"	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.200,00	70,00

#### Leia-se:

**6.1.** Aos candidatos com necessidades especiais serão reservados 15% (quinze por cento) das vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme ANEXO I deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo.

**6.1.1.** Caso a aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) resulte em número fracionário de vagas, este deverá ser arredondado para o primeiro número inteiro subsequente;

## ANEXO I

### CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTOS, JORNADA DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA

#### CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
Analista Financeiro	Nível Superior em Contabilidade, diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto ao Conselho de Contabilidade	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.500,00	130,00
Assessor Jurídico	Nível Superior em Direito, diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 2.000,00	130,00

#### CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
Agente Legislativo	Nível Médio	30 h/s	04	03	01	20	R\$ 1.200,00	100,00
Membro de Controle Interno	Nível Médio	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 2.800,00	100,00
Recepcionista	Nível Médio	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 1.200,00	100,00
Técnico em Informática	Nível Médio com curso Técnico	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.200,00	100,00

### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
Auxiliar de Serviços Gerais	Nível Fundamental Completo	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 954,00	70,00
Auxiliar de Manutenção Predial	Nível Fundamental Completo, mais experiência profissional mínima de 06 (seis) meses na área de Elétrica, Hidráulica, Mecânica Industrial ou Civil. Para a aprovação em concurso público será exigida realização de prova prática abrangendo as atribuições do cargo	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 954,00	70,00
Guarda de Segurança	Nível Fundamental Completo	30 h/s	02	02	00	10	R\$ 1.200,00	70,00
Motorista Categoria A/B	Nível Fundamental Completo e CNH Categoria "A/B"	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 1.200,00	70,00

4. Alteração do Anexo IV – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, a partir da exclusão do conteúdo “CONHECIMENTO ACERCA DE GRAVATÁ (PARA TODOS OS CARGOS)”, qual seja, “História e Geografia do Município de Gravata”, passando referido anexo a vigor com a seguinte redação:

**ANEXO IV**  
**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**NÍVEL SUPERIOR**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS (COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de textos. Características dos diversos gêneros textuais. Tipologia textual. (Sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal). Elementos de coesão e coerência textual. Funções da linguagem. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Crase. Emprego e descrição das classes de palavras. Sintaxe da oração e do período. (Ênfase em concordância e regência). Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. Paráfrase.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**ANALISTA CONTÁBIL**

1. Análise das demonstrações contábeis. 1.1. Conceitos e tipos de análise. 1.2. Análise horizontal e vertical. 1.3. Análise através de índices. 2. Contabilidade geral. 2.1. Conceito, aplicações e finalidades. 2.2 Patrimônio. 2.3 Técnicas Contábeis. 2.4 Demonstrações contábeis. 3. Contabilidade gerencial e de custos. 3.1 Conceitos, aplicação e finalidades. 3.2 Sistemas de custeamento. 3.3 Departamentalização. 3.4 Sistemas de acumulação. 3.5 Custos para decisão. 4. Contabilidade pública: Procedimentos Contábeis Orçamentário, Procedimentos Contábeis Patrimoniais; Procedimentos Contábeis Específicos; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 4.1 Administração pública: conceitos, definições e particularidades. 4.2 Orçamento público: aspectos gerais do orçamento público; tipos/técnicas orçamentárias; princípios orçamentários; lei orçamentária anual; lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual, receita e despesa pública. . 4.3 Licitações e contratos: princípios gerais aplicáveis ao procedimento licitatório; modalidades de licitação; contratos: alteração, modalidades de garantia e prazo de vigência. 4.4 Demonstrações Contábeis aplicadas às instituições públicas. 4.5 Prestações de contas: procedimentos e normas. 4.6 Auditoria Governamental: Auditoria e Fiscalização; Tipos, formas e abrangência de auditoria aplicada na área pública; Técnicas de auditoria; Papéis de Trabalho e Amostragem; Nota, Relatório, Registro das Constatatórias, Certificado e Parecer. 5. Manual de Demonstrativos Fiscais (8ª edição). 6. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101 de 4/5/2000 e alterações).

**ASSESSOR JURÍDICO**

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. 2. Controle Interno e Externo da Administração Pública. 3. Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. 4. Responsabilidade dos Prefeitos Municipais. 5. Administração Indireta: conceito; Autarquias, Associações Públicas, Empresas Públicas, Fundações Públicas e Sociedades de Economia Mista; Consórcio. Controle da Administração Indireta. 6. Poderes administrativos. 7. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies; Discricionariedade e Vinculação; Abuso e

desvio de poder. Ato administrativo punitivo; Ato administrativo: anulação, revisão e revogação; Controle jurisdicional. 8. Procedimento Administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos. 9. Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão. Anulação. Convênios. 10. Licitação: natureza jurídica, finalidades, espécies. Dispensa e Inexigibilidade. Parceria Público-Privada. 11. Serviço Público: conceito, classificação. Concessão, Permissão e Autorização. 12. Agentes Públicos; Servidores Públicos: conceito, categorias, direitos e deveres; Cargo, Emprego e Função: normas constitucionais, provimento, vacância; Responsabilidades dos Agentes Públicos: civil, administrativa e criminal. 13. Processo administrativo disciplinar; Regime Previdenciário do Servidor Público. 14. Concurso Público. 15. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, Concessão, Permissão e Autorização de Uso; Desafetação e Alienação. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação Indireta; Limitações administrativas; Função social da propriedade. 16. Responsabilidade Extracontratual do Estado; Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos; Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço; Excludentes de responsabilidade; Responsabilidade Civil Pessoal dos Agentes Públicos. 17. Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92). 18. Tombamento; Agências Reguladoras; Autarquias especiais; Fundações; Terceirização do serviço público; Ato Administrativo: Anulação, Revisão, Revogação e Convalidação; Lei nº 8666/1993 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública; Lei nº 10.250/2004 – Institui a modalidade de licitação denominada Pregão; Lei nº 13.019/2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil; Sistema de Registro de Preços; Lei 12.462/11 – Dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). **DIREITO CIVIL:** 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Direito Objetivo. Normas Jurídicas. Fontes de Direito. Vigência, Hierarquia, Revogação e Interpretação das Leis. Conflito Intertemporal e Interespacial de leis; Relações entre a Constituição e o Código Civil. 2. As pessoas como sujeito da relação jurídica: conceito e classificação. Pessoas Naturais. Pessoas Jurídicas. Registro Civil. Domicílio e Residência. 3. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, Patrimônio e Esfera Jurídica. diferentes classes de bem. 4. Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos; Prescrição e Decadência; Prova. 5. Obrigações. Modalidades das Obrigações. Transmissão das Obrigações. Adimplemento e Extinção das Obrigações. Inadimplemento das Obrigações. Obrigações por Atos Ilícitos. 6. Contratos em geral. Várias espécies de contrato. Atos Unilaterais. 7. Direito de Empresa. Empresário. Sociedade. Sociedades Personificadas e Não-Personificadas. Estabelecimento. Institutos Complementares. 8. Direito das Coisas; Posse: conceito, noções, gerais e classificação. Teorias acerca da natureza jurídica da Posse. Aquisição e Perda. Efeitos da Posse. Direitos Reais; Propriedade. Restrições ao Uso da Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor, Anticrese e Hipoteca. Desapropriação: Modalidades, Fundamentos. Desapropriação urbanística. Desapropriação sancionatória. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** 1. Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Jurisprudência e Súmulas STF. Teoria da Constituição. 2. Constituição: conceito e conteúdo. Poder Constituinte Originário e Derivado. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais. Leis Complementares à Constituição. 3. Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais; Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Direitos e garantias individuais. 4. Remédios Constitucionais: Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Ação Popular, Direito de Petição, Mandado de Injunção e Habeas Data. 5. Organização do Estado. Federalismo e Separação de poderes. Delegação. 6. Poder Legislativo: composição, atribuições e processo legislativo. 7. Poder Executivo: composição e atribuições. 8. Poder Judiciário: composição e atribuições. 9. Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. Descentralização e Cooperação administrativa na Federação Brasileira: territórios federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas. 10. Princípios e normas referentes à Administração Direta e Indireta. 11. Posição do Município na Federação Brasileira; Criação e Organização dos Municípios. Autonomia Municipal: Leis Orgânicas Municipais e Intervenção nos Municípios. Regime jurídico dos servidores públicos civis. 12. Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. 13. Direito Tributário na Constituição Federal. Limites constitucionais ao Direito de Tributar. Ordem Social. Seguridade social. 14. O Município e o direito à saúde, assistência social e educação. Funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Intervenção. Repartição de Competência. Recursos Excepcionais. **DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** 1. Previdência social: noção e fundamentos. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988. 2. Princípios do direito previdenciário. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar. 3. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo, militares, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas. Servidores públicos e regime de previdência complementar. 4. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Emenda Constitucional nº 70/2012. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004 e Orientação Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social). Órgão Gestor Único. Previdência complementar. 5. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Unidade de regime e de gestão. Fundos de previdência. 6. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas. Imunidade e isenção. Alíquotas de contribuição previdenciária.

Contribuição do ente público. 7. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade. Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Pensão: fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência. **DIREITO FINANCEIRO:** 1. Conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Competência Legislativa: normas gerais e específicas. Lei nº 4.320/64. 2. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00). Orçamento Público: conceito e natureza jurídica. Orçamento participativo. Princípios orçamentários. Regime constitucional: Finanças Públicas. Vedações constitucionais em matéria orçamentária. 3. Normas gerais de Direito Financeiro. Processo orçamentário: calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, metas técnicas e instrução do orçamento público. Leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. Créditos adicionais. Processo legislativo orçamentário. Exercício financeiro. Receita pública: conceito, classificações e espécies. Entrada e receita. Estágios, dívida ativa. Receitas creditícias. Repartição constitucional de receitas tributárias (receitas transferidas constitucionais). Renúncia. Teoria dos preços. Movimentos de caixa. 4. Espécies Tributárias: Imposto. Taxa. Empréstimos compulsórios. Contribuição de melhoria. Preço. Contribuições especiais. 5. Despesa pública: conceito, classificação e espécies. Estágios da despesa: empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento. Controle das despesas. Regime contábil da despesa. Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Programação financeira. Precatórios judiciais. 6. Crédito público: natureza jurídica, disciplina constitucional dos créditos e empréstimos públicos; classificação dos créditos públicos; Técnica do crédito público. 7. Regime constitucional da dívida pública brasileira; dívida pública fundada, consolidada e mobiliária. Controle, fiscalização e prestação de contas. Extinção. Execução. Garantias. Operações de crédito. Competências constitucionais sobre dívida pública. Fiscalização financeira e orçamentária. 8. Controle externo: Poder Legislativo e Tribunais de Contas. Controle Interno. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** 1. Conceito de tributo. Espécies de tributos. Natureza jurídica específica dos tributos. 2. Sistema Constitucional Tributário. Princípios Constitucionais Tributários. Competência Tributária. Imunidades. Fontes do Direito tributário. Legislação Tributária: vigência, aplicação, integração e interpretação. Obrigação Tributária: Classificação. 3. Fato gerador: Hipótese de incidência e seus aspectos e fato imponible. Capacidade tributária ativa e passiva. Sujeição passiva tributária: contribuinte; responsável tributário. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e pessoal. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. 4. Crédito tributário. Lançamento e suas modalidades. Revisão do lançamento. Suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios. Preferências e cobrança em falência. 5. Responsabilidade dos sócios em sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública. 6. Administração Tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões. Lei nº 11.101/2005 (Recuperação Judicial/Falências). 7. Tributos de Competência Municipal: fato gerador, base de cálculo e sujeitos passivos. IPTU. ISS. ITBI. Taxas Municipais. Contribuições Municipais. Repartição Constitucional de Receitas Tributárias. 8. Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro 1990 define os crimes contra a Ordem Tributária Econômica e contra as relações de consumo, com suas alterações. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1. Princípios Constitucionais e legais de Processo Civil. 2. O Processo Civil nos Sistemas de Controle da Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo; Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Declaração Incidenta de Inconstitucionalidade; Intervenção Federal e Estadual; Sequestro de renda; Jurisdição. Jurisdição Contenciosa e Voluntária; Conciliação, Mediação e Arbitragem. Competência: conceito, espécies e critérios de determinação da competência. Modificações da Competência. Declaração e conflitos de competência. 3. Atos processuais: classificação, forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades; Sujeitos do Processo. As Pessoas Jurídicas de Direito Público no Processo Civil. Especificidades. 4. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. 5. Processo de Conhecimento. Procedimento Comum e Procedimentos Especiais. 6. Tutelas Provisórias. Tutelas de Urgência e de Evidência. 7. Petição inicial. Audiência de Conciliação ou de Mediação. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção. Revelia e seus efeitos. 8. Litisconsórcio e intervenção de Terceiros. Julgamento conforme o estado do processo. 9. Provas; Noções Gerais, sistema, espécies, produção. Audiência. 10. Sentença e Coisa Julgada. Ação Rescisória. 11. Recursos. Noções gerais, princípios, espécies. Apelação. Agravo de Instrumento. Embargos de Declaração. Recursos Extraordinários. Recurso Extraordinário e Repercussão Geral; O processo nos tribunais. Uniformização de Jurisprudência. Súmula Vinculante. Liquidação da Sentença. 12. Execução. Espécies. Cumprimento de Sentença. Disposições Gerais Tipos de Cumprimento de Sentença Impugnação ao cumprimento de Sentença. Embargos do Devedor. Penhora. Expropriação: Adjudicação, Alienação por iniciativa particular, Hasta Pública, Usufruto de Bem Móvel ou Imóvel. Execução em Geral. Títulos Executivos. Espécies de Execução. Execução contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público. Precatórios. 13. Mandado de Segurança Individual e Coletivo; Mandado de Injunção; Habeas Data; Ação Popular. Ação Civil Pública; Ação de Improbidade Administrativa. Ação Monitória; Ação Declaratória; Ação Declaratória Incidenta. 14. Execução Fiscal: Lei Federal n.º 6.830/80. A Fazenda Pública em Juízo: definição, capacidade postulatória, representação judicial dos entes federados, prerrogativas processuais e o princípio da isonomia, prazos, classificação, prescrição em favor e contra a Fazenda Pública, revelia e seus efeitos, despesas, honorários, depósitos judiciais, custas, multas, intervenção anômala, ambiente legal, natureza jurídica, competência, recorribilidade, concessão de medidas liminares, cautelares e antecipação de tutela genérica e específica em desfavor da Fazenda Pública; execução provisória, execução de desfavor da Fazenda Pública; o regime de precatórios. **DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO:** 1. Disposições sobre o meio ambiente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Princípios do direito ambiental e competências ambientais (Lei Complementar nº 140, 08 de dezembro de 2011). 2. Poder de polícia ambiental: conceito e fiscalização; Responsabilidade ambiental: conceito, risco, dano e reparação do dano; Infrações administrativas contra o meio ambiente e sanções (Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e alterações.

3. Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, e alterações); Áreas protegidas e unidades de conservação: Código Florestal Brasileiro, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e alterações); Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e alterações). 4. Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, Sistema Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente e instrumentos – padrões de qualidade ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais e licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e alterações; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010). 5. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445, 05 de janeiro de 2007, e alterações); 6. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997). 7. Proteção da biodiversidade: Convenção sobre Diversidade Biológica e Política Nacional da Biodiversidade (Decreto Legislativo nº 02, de 1994; Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002). 8. Mudança climática: Acordo de Paris, Política Nacional sobre Mudança Climática (Decreto Federal nº 9.073, 05 de junho de 2017; Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009); Proteção do patrimônio cultural e seus instrumentos (Decreto-Lei nº 37, de 30 de novembro de 1937, e alterações). 9. Populações tradicionais: patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios (Lei Federal nº 13.123, de 20 de maio de 2015). 10. Cerrado brasileiro: noções gerais de suas características, riscos ambientais e preservação. 11. Princípios do direito urbanístico; Direito urbanístico constitucional; Função social da propriedade urbana: intervenção do Estado na propriedade; Direito à cidade: conceito, fundamento e eficácia; Sustentabilidade urbana. 12. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e alterações). **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:** 1. Regimento Interno da Câmara Municipal. 2. Lei Orgânica do Município. 3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município. 4. Plano Diretor do Município. 5. Código de Obras do Município. 6. Código de Posturas do Município.

## NÍVEL MÉDIO

### CONHECIMENTOS BÁSICOS (COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO)

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AGENTE LEGISLATIVO

1. Noções de Administração Geral: Administração: conceitos e objetivos; níveis hierárquicos e competências gerenciais. Noções de Planejamento, organização, Direção e Controle. 2. Noções de documentação: conceito, importância, natureza, finalidade, características, fases do processo de documentação e classificação. 3. Noções de arquivo: conceito, tipos, importância, organização, conservação e proteção de documentos. 4. Noções de Gestão de Pessoas: conceito; objetivos; recrutamento; seleção; treinamento. 5. Noções de Administração de Materiais: conceitos. Noções fundamentais de compras; licitação no serviço público: conceito; finalidade; princípios; modalidades; cadastro de fornecedores; noções básicas de almoxarifado e recebimento de materiais. Decreto nº 9.094/2017 – dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. 6. Noções de Direito Constitucional: 6.1. Constituição; 6.1.1. Conceito, classificações, princípios fundamentais; 6.2. Direitos e garantias fundamentais; 6.2.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos; 6.3. Organização político-administrativa; 6.3.1. União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios; 6.4. Administração pública; 6.4.1. Disposições gerais, servidores públicos; 7. Noções de Direito Administrativo: 7.1. Noções de organização administrativa; 7.1.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; 7.1.2. Administração direta e indireta; 7.1.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; 7.2. Ato administrativo; 7.2.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 7.3. Poderes administrativos; 7.4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 7.4.2. Uso e abuso do poder; 7.5. Licitação; 7.5.1. Princípios; 7.5.2. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; 7.5.3. Modalidades; 7.5.4. Tipos; 7.5.5. Procedimento.

#### MEMBRO DE CONTROLE INTERNO

Finanças Públicas na Constituição de 1988. Princípios da Administração Pública. Planejamento Governamental: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle: controle interno e externo. Auditoria Governamental: Auditoria e Fiscalização; Tipos, formas e abrangência de auditoria aplicada na área pública; Papéis de Trabalho e Amostragem; Nota, Relatório, Registro das Constatações, Certificado e Parecer. Controle Interno: Definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade;

Funções da controladoria numa organização; Aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública; Ambiente de Controle: integridade e ética, governança corporativa, filosofia gerencial, estrutura organizacional, política e procedimentos de recursos humanos e registros; Avaliação de Riscos: estabelecimento de metas e riscos; Atividades de Controle: tipos de atividade de controle, integração com avaliação de riscos e controles sobre sistemas de informações; Atividades de monitoramento, informação, comunicação. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação e invalidação. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Lei Complementar n. 101/2000 e alterações. Gestão patrimonial: Transparência, controle e fiscalização; Instrumentos de transparência e prestação de contas; Relatório da gestão fiscal. Lei n. 12.846/2013. Lei n. 12.527/2011. Lei Federal n. 4.320/1964: Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária. Capítulo I – Disposições Gerais. Capítulo II – Do Controle Interno. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Procedimentos Contábeis Orçamentário; Procedimentos Contábeis Patrimoniais; Procedimentos Contábeis Específicos.

#### **RECEPCIONISTA**

1. Relações interpessoais: relações humanas/interpessoal, comunicação interpessoal, ética e postura profissional, integração, empatia, argumentação flexível. 2. O papel do atendimento nas organizações, o público/cidadão, deveres e responsabilidades, características adequadas ao profissional de atendimento ao público, atendimento telefônico, habilidades de transmissão e recepção da informação. Etiqueta no trabalho. Trabalho em equipe. Manual de Redação da Presidência da República.

#### **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

1. Computadores padrão IBM PC: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada e saída, instalação e configuração de periféricos, instalação, configuração e manutenção de microcomputadores e impressoras. 2. Sistemas Operacionais Windows 7, Windows XP e Linux Ubuntu, instalação e configuração de suítes de escritório (MS-Office, Open Office), instalação e configuração de browsers (Internet Explorer e Mozilla Firefox). 3. Noções de redes de computadores: Topologias lógicas e físicas, protocolos TCP/IP, DNS, TELNET, FTP e HTTP, serviços (DHCP, WINS, DNS), administração.

### **NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**

#### **CONHECIMENTOS BÁSICOS (COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO)**

##### **LÍNGUA PORTUGUESA**

Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílabas e Tonicidade. Divisão Silábica. Morfologia. Componentes de um Vocábulo. Formação das Palavras. Significação das Palavras. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição. Sintaxe: Concordância Nominal e Concordância Verbal. Acentuação Gráfica. Interpretação de Texto. Ortografia

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

##### **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

##### **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL**

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

##### **MOTORISTA CATEGORIA A/B**

1. Legislação de Trânsito em geral e Código de Trânsito Brasileiro. 2. Noções do funcionamento do veículo. 3. Respeito ao Meio Ambiente. 4. Velocidade Máxima Permitida. 5. Parada obrigatória. 6. Direção defensiva. 7. Cuidados gerais ao volante e Primeiros Socorros, Práticas de condução de veículo de transporte em Emergência. Convívio Social no Trânsito. 8. Ética profissional

##### **GUARDA DE SEGURANÇA**

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.



5. Alteração do teor dos subitens 13.2 e 13.9 do Edital, os quais passam a vigor com as redações a seguir:

**Onde se lê:**

**13.2** O julgamento dos Títulos apresentados obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

CONTEÚDO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de <b>Especialização</b> :	0,25	1,00
b) Curso de <b>Mestrado</b> :	1,00	2,00
c) Curso de <b>Doutorado</b> :	3,00	3,00
d) Experiência comprovada na <b>ÁREA</b> em CTPS ou contratação com administração pública através de contrato, cargo comissionado/confiança, concurso, emprego público e afins, comprovada através de documentos oficiais expedidos pelo órgão empregador ou pela Cópia da CTPS, limitando a 10 anos de experiência.	0,20	2,00

**13.9** A pontuação total dos títulos não ultrapassará o total 8,00 (oito) pontos, desprezando-se os Títulos que, computados, excedam este limite de pontos.

**Leia-se:**

**13.2** O julgamento dos Títulos apresentados obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

CONTEÚDO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de <b>Especialização</b> :	0,25	1,00
b) Curso de <b>Mestrado</b> :	1,00	2,00
c) Curso de <b>Doutorado</b> :	3,00	3,00

**13.9** A pontuação total dos títulos não ultrapassará o total 6,00 (seis) pontos, desprezando-se os Títulos que, computados, excedam este limite de pontos.

6. Alteração do teor do subitem 14.4 do Edital, conforme a seguir:

**Onde se lê:**

**14.4.** No caso de empate na classificação dos candidatos, o desempate se fará verificando-se, sucessivamente, os seguintes critérios:

- com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei n.º 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- Maior pontuação na disciplina de conhecimentos específicos;
- Maior pontuação na disciplina de língua portuguesa; e
- Maior idade.

**Leia-se:**

**14.4.** No caso de empate na classificação dos candidatos, o desempate se fará verificando-se, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei n.º 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) Maior pontuação na disciplina de conhecimentos específicos;
- c) Maior pontuação na disciplina de língua portuguesa;
- d) Maior idade;
- e) Tiver exercido efetivamente a função de jurado, de acordo com a Lei nº 11.689/08.

**7.** Alteração do teor do subitem 16.1 do Edital, conforme a seguir:

**Onde se lê:**

**16.1** A Posse será condicionada a:

- a. Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro na forma da lei;
- b. Os Candidatos que tenham participado do Concurso Público com no mínimo 16 (*dezesseis*) anos de idade, só poderão ser empossados nos respectivos cargos após completarem 18 (*dezoito*) anos, condicionado, a na data da posse, possuir a idade constitucional de 18 (*dezoito*) anos para ser empossado;
- c. Quitação com o serviço militar, exceto para os Candidatos do sexo feminino e com a Justiça Eleitoral, para todos os Candidatos;
- d. Ter escolaridade exigida para o exercício do cargo mediante diploma de Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;
- e. Apresentação de cópia de Carteira de Identidade, CPF/MF, PIS/PASEP, Carteira Profissional, Certidão de Nascimento ou Casamento ou, Fotografia 3x4 colorida e recente;
- f. Às pessoas com necessidades especiais, compatibilidade da deficiência atestada, com o cargo de opção do Candidato, comprovada através de análise da *Comissão Especial do Concurso Público*, que emitirá parecer sobre o enquadramento do tipo ou grau de deficiência e sua compatibilidade com o cargo;
- g. Exame de sanidade física e mental, que comprovará a aptidão necessária para o exercício do cargo;
- h. Certidão negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde possui o endereço declarado, comprovando a inexistência de ações civis e criminais (com trânsito em julgado).
- i. Declaração de acumulo de cargo, nos termos da Constituição Federal Brasileira.
- j. Certidão de inexistência Débitos Municipais.

**Leia-se:**

**16.1** A Posse será condicionada a:

- a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro na forma da lei;
- b) Os Candidatos que tenham participado do Concurso Público com no mínimo 16 (*dezesseis*) anos de idade, só poderão ser empossados nos respectivos cargos após completarem 18 (*dezoito*) anos, condicionado, a na data da posse, possuir a idade constitucional de 18 (*dezoito*) anos para ser empossado;
- c) Quitação com o serviço militar, exceto para os Candidatos do sexo feminino e com a Justiça Eleitoral, para todos os Candidatos;
- d) Ter escolaridade exigida para o exercício do cargo mediante diploma de Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;

- e) Apresentação de cópia de Carteira de Identidade, CPF/MF, PIS/PASEP, Carteira Profissional, Certidão de Nascimento ou Casamento ou, Fotografia 3x4 colorida e recente;
- f) Às pessoas com necessidades especiais, compatibilidade da deficiência atestada, com o cargo de opção do Candidato, comprovada através de análise da *Comissão Especial do Concurso Público*, que emitirá parecer sobre o enquadramento do tipo ou grau de deficiência e sua compatibilidade com o cargo;
- g) Exame de sanidade física e mental, que comprovará a aptidão necessária para o exercício do cargo;
- h) Certidão negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde possui o endereço declarado, comprovando a inexistência de ações civis e criminais (com trânsito em julgado);
- i) Declaração de acúmulo de cargo, nos termos da Constituição Federal Brasileira.

8. Alteração do item 17 – DO PROVIMENTO E LOTAÇÃO, o qual passa a vigor com a redação a seguir:

**Onde se lê:**

**17. DO PROVIMENTO E LOTAÇÃO**

**17.1** Após o Ato de convocação, o Candidato classificado e convocado por meio de documento enviado com “Aviso de Recebimento – AR”, terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis após a confirmação de seu recebimento para apresentação e efetivação dos procedimentos para sua posse.

**17.2** A Convocação obedecerá à ordem rigorosa de classificação e o Candidato deverá apresentar-se pessoalmente ou por procuração no Departamento de Recursos Humanos - Câmara Municipal de Gravata, observadas as seguintes condições:

- a. Apresentar-se pessoalmente ou por procuração ao setor competente munido de toda documentação exigida neste Edital. A não comprovação de qualquer um dos requisitos eliminará o Candidato do Concurso Público;
- b. Será permitido ao Candidato convocado para tomar posse no serviço público o adiamento da contratação no cargo, mediante posicionamento no final da classificação, sendo eliminado do Concurso Público, o candidato que por quaisquer motivos não tomar posse dentro do prazo legal.

**Leia-se:**

**17. DA NOMEAÇÃO E POSSE**

**17.1** A nomeação será comunicada via Correios, através de documento com “aviso de Recebimento – AR”, para o endereço informado pelo candidato, sendo considerado desistente o candidato que não comparecer ao local indicado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a confirmação de seu recebimento para apresentação e efetivação dos procedimentos para sua posse.

**17.1.1** O candidato convocado para nomeação que não se apresentar no local e nos prazos estabelecidos será considerado desistente, implicando sua eliminação definitiva e a convocação do candidato subsequente imediatamente classificado.

**17.2** Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo à ordem classificatória, observado o preenchimento das vagas disponíveis.

**17.2.1** A Convocação obedecerá à ordem rigorosa de classificação e o Candidato deverá apresentar-se pessoalmente, ou por procuração, no Departamento de Recursos Humanos - Câmara Municipal de Gravatá, observadas as seguintes condições:

- a) Apresentar-se pessoalmente ou por procuração ao setor competente munido de toda documentação exigida neste Edital. A não comprovação de qualquer um dos requisitos eliminará o Candidato do Concurso Público;
- b) Será permitido ao Candidato convocado para tomar posse no serviço público o adiamento da contratação no cargo, mediante posicionamento no final da classificação, sendo eliminado do Concurso Público, o candidato que por quaisquer motivos não tomar posse dentro do prazo legal.

**17.3** O servidor empossado mediante Concurso Público fará jus aos benefícios estabelecidos na legislação vigente, bem como ficará sujeito à legislação municipal vigente e suas alterações e legislações pertinentes.

**17.4** Não será nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

**9.** Alteração da designação do cargo “Analista Financeiro” para “Analista Contábil”.

**10.** Alteração dos “Vencimentos” dos cargos “Analista Contábil” e “Assessor Jurídico” constantes do Anexo I do Edital, ambos voltados para nível superior, conforme abaixo:

**ANEXO I**  
**CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTOS,**  
**JORNADA DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA**

**CARGO DE NÍVEL SUPERIOR**

Cargo	Pré-requisitos	Carga Horária	Vagas	Ampla Concorrência	PNE	RESERVA	Vencimentos	Taxa de Inscrição
<b>Analista Contábil</b>	Nível Superior em Contabilidade, diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto ao Conselho de Contabilidade	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 2.345,00	130,00
<b>Assessor Jurídico</b>	Nível Superior em Direito, diploma fornecido por instituição de ensino	30 h/s	01	01	00	05	R\$ 4.000,00	130,00

	superior reconhecida pelo MEC, inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil						
--	--	--	--	--	--	--	--

**11.** Retificação do subitem 9.1, por força da exclusão de conteúdo programático citado no item 4 supracitado, passando a vigor da seguinte forma:

**Onde se lê:**

**9.1.** Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **Anexo IV** deste Edital, conforme o quadro a seguir:

NÍVEL DO CARGO	CONTEÚDO	Nº DE ITENS	PESO	TOTAL	PERFIL MÍNIMO DE APROVAÇÃO	CARÁTER
Todos os cargos de Nível Superior	Língua Portuguesa	14	01	14	50%	Eliminatório e Classificatório
	Conhecimentos Específicos	20	02	40	50%	
	Conhecimentos acerca de Gravata	06	01	06	-	
Todos os cargos de Nível Médio	Língua Portuguesa	14	01	14	50%	Eliminatório e Classificatório
	Conhecimentos Específicos	20	02	40	50%	
	Conhecimentos acerca de Gravata	06	01	06	-	
Todos os cargos de Nível Fundamental Completo	Língua Portuguesa	14	01	14	50%	Eliminatório e Classificatório
	Conhecimentos Específicos	20	02	40	50%	
	Conhecimentos acerca de Gravata	06	01	06	-	

**Leia-se:**

**9.1.** Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **Anexo IV** deste Edital, conforme o quadro a seguir:

NÍVEL DO CARGO	CONTEÚDO	Nº DE ITENS	PESO	TOTAL	PERFIL MÍNIMO DE APROVAÇÃO	CARÁTER
	Língua Portuguesa	16	01	16	50%	

NÍVEL DO CARGO	CONTEÚDO	Nº DE ITENS	PESO	TOTAL	PERFIL MÍNIMO DE APROVAÇÃO	CARÁTER
Todos os cargos de Nível Superior	Conhecimentos Específicos	24	02	48	50%	Eliminatório e Classificatório
Todos os cargos de Nível Médio	Língua Portuguesa	16	01	16	50%	Eliminatório e Classificatório
	Conhecimentos Específicos	24	02	48	50%	
Todos os cargos de Nível Fundamental Completo	Língua Portuguesa	16	01	16	50%	Eliminatório e Classificatório
	Conhecimentos Específicos	24	02	48	50%	

12. Exclusão do Anexo VII, haja vista que o envio dos títulos para a Prova de Títulos se dará através de ferramenta *online*.

13. Inclusão do Cronograma Previsto, o qual passa a constar como Anexo VII, conforme a seguir:

**ANEXO VII**  
**DO CRONOGRAMA PREVISTO**

- Conforme subitem 11.1.2, as datas informadas no presente Edital poderão, conforme necessidade e conveniência da Administração, ser alteradas, incluindo-se o dia e o horário de aplicação das provas.

ATIVIDADE	DATAS
<b>Publicação do Edital de Abertura</b>	<b>07/11/2019</b>
Período de Inscrições	07/11 a 09/12/2019
Período de inscrições para os candidatos que desejam solicitar isenção de taxa de inscrição	07 e 08/11/2019 e 27 e 28/11/2019
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	07 e 08/11/2019 e 27 e 28/11/2019
Divulgação da análise preliminar dos pedidos de isenção	22/11/2019 e 02/12/2019
Prazo para interposição de recursos acerca a análise preliminar dos pedidos de isenção	25 e 26/11/2019 e 03 e 04/12/2019
Divulgação da análise definitiva dos pedidos de isenção	06/12/2019
Reimpressão do boleto da taxa de inscrição (último dia para pagamento)	10/12/2019
Divulgação preliminar de inscritos	13/12/2019
Prazo para interposição de recursos sobre a divulgação preliminar de inscritos	16 e 17/12/2019
Divulgação definitiva de inscritos	20/12/2019
Divulgação da lista de inscritos preliminares (PcD + Atendimento Especial + Negros + Geral)	13/01/2020
Prazo para recursos de inscritos preliminares (PcD + Atendimento Especial)	14 e 15/01/2020
Divulgação dos locais de prova (CCI)	16/01/2020

ATIVIDADE	DATAS
Divulgação da lista de inscritos definitivos (PcD + Atendimento Especial + Negros + Geral)	21/01/2020
<b>Aplicação das Provas Escritas Objetivas</b>	<b>26/01/2020</b>
Divulgação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	27/01/2020
Prazo para interposição de recursos contra o Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	28 e 29/01/2020
Divulgação do Gabarito Definitivo das Provas Objetivas	26/02/2020
Resultado Preliminar das Provas Objetivas	26/02/2020
Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar das Provas Objetivas	27 e 28/02/2020
Decisão dos recursos interpostos ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas e critérios de desempate	05/03/2020
Resultado Final das Provas Objetivas	05/03/2020
Edital de Convocação para a Prova de Títulos	06/03/2020
Prazo para envio dos Títulos	09 a 13/03/2020
Resultado Preliminar da Prova de Títulos	23/03/2020
Interposição de recursos contra o resultado da Prova de Títulos	24 e 25/03/2020
Resultado Final da Prova de Títulos	31/03/2020
Divulgação / Publicação do Resultado Final e Homologação	31/03/2020

14. Todas as demais disposições contidas no Edital nº 001, de 07 de novembro de 2019, permanecem inalteradas.

Gravatá/PE, 26 de novembro de 2019.

**COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO**